

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO
525591/05-9



ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE: 35.300.183.550

CNPJ/MF Nº: 04.128.563/0001-10

("Companhia")

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2005**

1. **DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA:** Realizada aos seis dias do mês de julho de 2005, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lourenço Marques, nº 158, 1º andar, sala C.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no § 4º do art. 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"), por estarem presentes acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. ✓

3. **MESA:** Presidida por Eduardo José Bernini e secretariada por Luiz Carlos Ciocchi.

4. **ORDEM DO DIA:** (i) aprovar a segunda emissão de debêntures simples, não-conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, da Companhia, no montante total de R\$190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais) (as "Debêntures" e a "Oferta"); (ii) delegar poderes ao Conselho de Administração da Companhia para retificar e deliberar sobre todos os termos e condições das Debêntures que não sejam de competência exclusiva da Assembléia Geral, por força do Estatuto Social da Companhia ou da legislação aplicável, inclusive retificar e deliberar sobre as matérias de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, e quaisquer alterações solicitadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (iii) autorizar os administradores da Companhia a tomar as providências necessárias para implementar e executar todos os atos e documentos necessários à realização Oferta e seu respectivo registro na CVM; e (iv) aprovar a constituição da garantia real em favor dos debenturistas da Oferta, representada por alienação fiduciária de ações de emissão da AES Tietê S.A. ("AES Tietê"), de propriedade da Companhia.

5. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembléia e dando início à discussão das matérias indicadas na Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos:

5.1. Aprovar a segunda emissão de debêntures da Companhia, para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 400/03, com as seguintes características: (a) Valor total da Emissão. O valor total da emissão será de R\$190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo); (b) Valor nominal unitário. O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal") será, na Data de Emissão (conforme definida abaixo), R\$10.000 (dez mil reais); (c) Data de emissão. Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 30 de junho de 2005 ("Data de Emissão"); (d) Número de séries. A Emissão será realizada em série única; (e) Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 19.000 (dezenove mil) Debêntures; (f) Opção

de Lote Suplementar: A Emissora não outorga às instituições intermediárias da Oferta a opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas através de lote suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400; (g) Remuneração. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado, e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (a “Taxa DI”), acrescida exponencialmente de spread de 3,00% (três por cento) ao ano, base 252 dias úteis (o “Acréscimo sobre a Taxa DI”, sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como a “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, todo dia 31 de outubro e 30 de abril de cada ano. O vencimento do primeiro período será em 31 de outubro de 2005 e do último em 30 de abril de 2012. (h) Amortização Programada. As Debêntures serão objeto de amortização, de acordo com cronograma a ser estabelecido na Escritura de Emissão (as “Datas de Amortização”); (i) Repactuação. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação programada; (j) Amortização Extraordinária e Pagamento Antecipado da Remuneração: A Emissora poderá amortizar extraordinariamente as Debêntures em circulação, total ou parcialmente, a partir de 30 de abril de 2008, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de pagamento da amortização das Debêntures, acrescido de prêmio equivalente a: (i) 2,00% (dois por cento) se a amortização for feita entre 30 de abril de 2008 e 30 de abril de 2009 inclusive; (ii) 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) se a amortização for feita entre 30 de abril de 2009 exclusive e 30 de abril de 2010 inclusive; (iii) 1,00% (um por cento) se a amortização for feita entre 30 de abril de 2010 exclusive e 30 de abril de 2011 inclusive; e (iv) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) se a amortização for feita entre 30 de abril de 2011 exclusive e 30 de abril de 2012 exclusive. A amortização de que trata este item deverá atingir todas as Debêntures, na mesma proporção. A Emissora poderá, ainda, utilizar nas Datas de Amortização, qualquer Excesso de Caixa (conforme definido abaixo) para amortizar extraordinariamente as Debêntures em circulação, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, sem pagamento de qualquer prêmio ou penalidade, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de pagamento da amortização das Debêntures. A amortização de que trata este item deverá atingir as Datas de Amortização vindouras mais próximas. Para fins deste item, “Excesso de Caixa” significa a acumulação de quaisquer valores distribuídos pela AES Tietê à Emissora, a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra distribuição, que excedam o valor de principal e juros devidos pela Emissora aos Debenturistas nas Datas de

Amortização. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário notificação por escrito a respeito da amortização a ser realizada nos termos deste item, acompanhada de demonstrativo da origem dos recursos a serem utilizados para a referida amortização, com antecedência mínima de 10 (dez) dias. As amortizações objeto deste item serão realizadas mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas", com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data pretendida para sua realização. (k) Resgate Antecipado Facultativo: Com exceção ao disposto no item "j" acima, não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.


- 5.2. Aprovar a constituição de garantia real, para fins de garantir o cumprimento das obrigações da Emissora perante os debenturistas da Oferta (as "Obrigações Garantidas"), representada por alienação fiduciária, em conformidade com o disposto no artigo 66-B, da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965 (a "Garantia Real"), de: (i) 8.279.468.862 (oito bilhões, duzentas e setenta e nove milhões, quatrocentas e sessenta e oito mil, oitocentas e sessenta e duas) ações preferenciais de emissão da AES Tietê, de titularidade da Emissora, equivalentes na Data da Emissão a 8,69% (oito vírgula sessenta e nove por cento) do capital social total da AES Tietê (as "Ações Alienadas"); e (ii) todas as ações de emissão da AES Tietê que vierem a ser subscritas ou adquiridas pela Emissora, inclusive em razão de grupamentos, desdobramentos e bonificações resultantes das Ações Alienadas, até o limite de 8,69% do capital social total da AES Tietê; (iii) direitos de subscrição, preferência, opções, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relativos ou atribuídos à participação societária da Emissora representada pelas Ações Alienadas; (iv) todos os dividendos e juros sobre capital próprio relativos ou atribuídos às Ações Alienadas (as Ações Alienadas, bem como todas as demais ações adicionais e demais direitos referidos nos itens (ii) a (iv) acima são doravante designados, em conjunto, como os "Bens Alienados"). A Garantia Real será outorgada sob condição suspensiva, nos termos do art. 125 do Código Civil, estando sua eficácia e validade condicionadas ao integral pagamento da 1ª Emissão de Debêntures pela Emissora, com a consequente liberação dos Bens Alienados e a devida averbação da Garantia Real nos registros respectivos, de acordo com os procedimentos a serem previstos da Escritura de Emissão. Decorridos 15 (quinze) dias úteis da constituição da Garantia Real, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas a fim de que estes deliberem sobre a alteração da espécie da Debêntures de subordinadas para com garantia real. A deliberação prevista neste item será tomada por Debenturistas representando no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação. A alteração da espécie das Debêntures prevista acima será formalizada por meio de aditivo à Escritura de Emissão, cuja minuta deverá ser aprovada pela referida AGD. Em virtude da Garantia Real outorgada, a Emissora se compromete a celebrar com o Agente Fiduciário o aditamento à presente Escritura previsto acima e a subscrever qualquer aumento de capital na AES Tietê necessário para preservar, até o vencimento das Debêntures da Oferta, o percentual mínimo de 8,69% por ela devido no capital social total da AES Tietê. Declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e das Debêntures, todos os dividendos e juros sobre capital próprio em decorrência das Ações Alienadas deverão ser pagos diretamente ao Agente Fiduciário, em benefício dos Debenturistas, para liquidação total ou parcial das Debêntures, de forma *pro rata*. Enquanto não ocorrer qualquer um dos eventos descritos acima, a Emissora receberá normal e diretamente os recursos advindos dos pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos ou atribuídos às Ações Alienadas, sendo certo que tais recursos só serão pagos diretamente ao Agente Fiduciário quando e se ocorrer ou for declarado o vencimento antecipado das Debêntures nos termos acima. Sem prejuízo do disposto acima, o

Agente Fiduciário poderá, ainda, vender as a terceiros a quantidade de Ações Alienadas necessária para efetuar o integral pagamento das Obrigações Garantidas, independente de leilão, hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, devendo aplicar o preço da venda em benefício dos Debenturistas, para liquidação total ou parcial das Debêntures, bem como no pagamento das despesas decorrentes da realização da garantia. As Ações Alienadas cuja venda não seja necessária para satisfazer o integral pagamento das Obrigações Garantidas, serão automaticamente liberadas da alienação fiduciária em garantia outorgada. A Garantia Real somente será extinta mediante a satisfação integral das Obrigações Garantidas.

- 5.3. Delegar poderes ao Conselho de Administração da Companhia para retificar e deliberar sobre todos os termos e condições das Debêntures que não sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral, por força do Estatuto Social da Companhia ou da legislação aplicável, inclusive retificar e deliberar sobre as matérias de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, e quaisquer alterações solicitadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e
- 5.4. Autorizar os administradores da Companhia a tomar as providências necessárias para implementar e executar todos os atos e documentos necessários à realização da Oferta e ao registro da Oferta na CVM.
6. **ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a ser discutido, o Presidente deu a assembléia por encerrada, sendo lavrada a presente ata, a qual foi por todos lida, achada conforme e assinada. São Paulo, 06 de julho de 2005. Eduardo José Bernini – Presidente; Luiz Carlos Ciochi – Secretário. Acionistas: BRASILIANA ENERGIA S.A.; DAVID STEPHEN GEE, LUIZ CARLOS CIOCCHI, EDUARDO JOSÉ BERNINI; ROBERTO MARIO DI NARDO; ANTONIO CARLOS DE ANDRADA TOVAR; BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 06 de julho de 2005.


LUIZ CARLOS CIOCCHI
Secretário



ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE: 35.300.183.550

CNPJ/MF Nº: 04.128.563/0001-10

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2005**

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS

Acionista	Número de Ações Ordinárias	Número de Votos
Brasiliana Energia S.A.	43.253.277	43.253.277
David Stephen Gee	1	1
Luiz Carlos Ciochi	1	1
Eduardo José Bernini	2	2
Roberto Mario Di Nardo	1	1
Antonio Carlos de Andrada Tovar	1	1
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	1	1

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 06 de julho de 2005.


LUÍZ CARLOS CIOCCHI
Secretário